

ANÁLISE DA QUALIDADE DAS PRESCRIÇÕES DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS EM UMA FARMÁCIA CENTRAL NO INTERIOR DE PERNAMBUCO

Recebido em: 29/08/2024

Aceito em: 26/03/2025

DOI: 10.25110/arqsaude.v29i1.2025-11541



Sinvalda Duda do Nascimento ¹
Maria de Fátima Rodrigues ²

RESUMO: As prescrições médicas conferem fundamental relevância e são de interesse público, além disso, a prescrição médica é um dos documentos mais indispensáveis quando se trata da atenção à saúde do paciente e tem como principais objetivos ajudar a reduzir a dor e o sofrimento do indivíduo. Contudo, na atualidade, o que se observa é o grande número de prescrições ilegíveis, como também a ausência de informações nas mesmas. O objetivo do presente trabalho foi analisar a ilegibilidade e ausência de informações nas prescrições de medicamentos psicotrópicos em uma farmácia central no interior de Pernambuco. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, cujos dados foram coletados a partir das prescrições médicas de psicotrópicos dispensados em uma farmácia central no interior de Pernambuco, entre os meses de janeiro a junho de 2024, totalizando seis meses de estudo. Ao todo, foram analisadas 993 prescrições médicas, das quais 101 encontravam-se ilegíveis e 892 legíveis. Apresentavam ausência da data (78,4%); estavam com rasuras (1,51%); não apresentavam duração do tratamento (99,10%); não continham a quantidade de medicamentos a serem dispensados para o tratamento (3,32%). Portanto, a prescrição é um elo entre o médico, o paciente e o farmacêutico, para isso a mesma deve se apresentar de forma legível e sem ausência de informações.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção farmacêutica; Legibilidade; Prescrições; Prescrições eletrônicas.

ANALYSIS OF THE QUALITY OF PRESCRIPTIONS FOR PSYCHOCOTROPIC MEDICATIONS IN A CENTRAL PHARMACY IN THE INTERIOR OF PERNAMBUCO

ABSTRACT: Medical prescriptions are of fundamental importance and are of public interest. Furthermore, medical prescriptions are one of the most indispensable documents when it comes to patient health care, and their main objective is to help reduce the individual's pain and suffering. However, currently, what is observe is a large number of illegible prescriptions, as well as the absence of information in them. The objective of it study was to analyze the illegibility and absence of information in prescriptions for psychocotropic drugs in a central pharmacy in the interior of Pernambuco. This is a quantitative research, whose data were collected from medical prescriptions for

¹ Graduação em farmácia pela Faculdade Santíssima Trindade.

E-mail: sinvalda.nascimento@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3999-640X>

² Doutora em Biotecnologia, Faculdade Santíssima Trindade.

E-mail: fatima.rodrigues@ufpe.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7155-2185>

psychotropic drugs dispensed in a central pharmacy in the interior of Pernambuco, between January and June 2024, totaling six months of study. In total, 993 medical prescription were analyze, of which 101 were illegible and 892 were legible. They had no date (78, 4%); had erasures (1, 51%); did not present the duration of treatment (99, 10%); did not contain the quantity of medications to be dispensed for treatment (3, 32%). Therefore, the prescription is a link between the doctor, the patient and the pharmacist, for the reason it must be presented legible way and without missing information.

KEYWORDS: Pharmaceutical care; Readability; Prescriptions; Electronic prescriptions.

ANÁLISIS DE LA CALIDAD DE LAS PRESCRIPCIONES DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS EN UNA FARMACIA CENTRAL DEL INTERIOR DE PERNAMBUCO

RESUMEN: Las prescripciones médicas confieren una relevancia fundamental y son de interés público. Además, la receta médica es uno de los documentos más indispensables a la hora de cuidar la salud del paciente y tiene como principales objetivos ayudar a reducir el dolor y el sufrimiento del individuo. Sin embargo, hoy en día podemos observar la gran cantidad de recetas ilegibles, así como la falta de información en las mismas. El objetivo del presente trabajo fue analizar la ilegibilidad y falta de información en las recetas de medicamentos psicotrópicos en una farmacia central del interior de Pernambuco. Se trata de una investigación cuantitativa, cuyos datos fueron recolectados a partir de recetas médicas de psicofármacos dispensadas en una farmacia central del interior de Pernambuco, entre los meses de enero a junio de 2024, totalizando seis meses de estudio. En total se analizaron 993 recetas médicas, de las cuales 101 resultaron ilegibles y 892 legibles. Faltaba la fecha (78,4%); tuvieron borrones (1,51%); no presentó duración del tratamiento (99,10%); no contenía la cantidad de medicamentos a dispensar para el tratamiento (3,32%). Por tanto, la receta es un vínculo entre el médico, el paciente y el farmacéutico, por lo que debe presentarse de forma legible y sin omitir información.

PALABRAS CLAVE: Atención farmacéutica; Legibilidad; Recetas; Recetas electrónicas.

1. INTRODUÇÃO

A prescrição médica é estabelecida como a prescrição de medicamento(s), escrito em língua portuguesa, compreendendo orientações precisas referentes ao uso e suas variáveis, efetuada por um profissional legalmente habilitado, constituindo-se no resultado dos procedimentos de um ato médico. Dentro das normas de qualidade e cumprindo leis, normas e diretrizes determinadas de acordo com os órgãos regulamentadores, a prescrição médica é preponderante na prevenção e tratamento de enfermidades (SOUZA; OLIVEIRA; MENDES, 2022).

Contudo, os erros nas prescrições médicas são uma fonte de preocupação há décadas, já que decorrem da liberação de medicamentos aos pacientes muitas vezes de

forma errônea. Neste cenário, surge o profissional farmacêutico (SILVA; PASCOA; GAMA, 2020).

Neste sentido, o farmacêutico tem uma grande importância, pois ele é o executor por prevenir, orientar e promover o emprego correto de medicamentos em todas as suas conjunturas. O qual desempenha um papel primordial, visto que é aptidão do mesmo dar assistência ao usuário, com relação à análise de prescrições médicas e detectar erros, apoiado por Leis Federais e por Resoluções do Conselho Federal de Farmácia (CFF) (LOPES, 2015; TAVARES; NUNES, 2021).

Desse modo, a legibilidade das receitas é uma exigência do Conselho Federal de Farmácia desde 1973, conforme estipulado na Lei Federal nº 5.991, artigo 35. Então, as prescrições com letras ilegíveis podem e devem resultar em sanções. A Resolução da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 67, de 8 de outubro de 2007, permite que o farmacêutico avalie a legibilidade da prescrição antes de sua autorização, podendo recusá-la caso haja riscos relacionados a uma interpretação errônea que possa lesar o paciente (FASSARELLA, GONÇALVES; ANDRADE, 2024).

Todavia, no que tange à prescrição, a mesma merece uma atenção especial em virtude de ela poder ser igualada a um comando, a partir do qual as intervenções serão realizadas. Como também, historicamente, a escrita médica é mencionada como um elemento imprescindível no que compete à segurança do paciente. A legislação brasileira regulariza o processo das prescrições, com a finalidade de garantir a qualidade, compreensão e distinção do que for prescrito. Não só isso, mas a prescrição é o principal documento entre o prescritor, o farmacêutico e o paciente, esta deve ser clara, garantindo assim, o tratamento adequado, reduzindo ao máximo possíveis chances de pacientes demonstrarem efeitos negativos (NÉRI *et al.*, 2011).

Porém, o número de prescrições ilegíveis é grande, e esse motivo concorre para o surgimento de efeitos adversos, tóxicos e até fatais, dependendo da doença. Assim sendo, as que decorrem das redes públicas denotam uma imensa discrepância de prescrições ilegíveis quando comparadas com as das redes privadas (AMARAL *et al.*, 2019). Bem como, a prescrição tem perspectiva ímpar, visto que, as prescrições ilegíveis, incompletas ou com rasuras podem dificultar uma dispensação correta, podendo levar a erros de medicação, como trocas de medicamentos, falha da adesão ao tratamento, à segurança do paciente, administração incorreta, aumento do custo social e pessoal da terapia e inclusive

provocando uma relação difícil entre o prescritor, farmacêutico e paciente (SILVA, 2017).

Assim sendo, a atualidade tem sido assinalada pela era da informação e inovação centrada no fundamento de um processo renovador no sentido de novas descobertas, aprimoramento desta forma o uso da tecnologia em vários setores sociais e de produção, dentre os quais se destaca o setor saúde (PEREIRA *et al.*, 2023).

Nessa perspectiva, a prescrição eletrônica foi uma solução mais segura para suprimir os problemas de legibilidade da prescrição manuscrita. A inserção da mesma pode expressar a redução de causas que induzem a erros e ausência de informações inerentes aos esquemas farmacoterapêuticos prescritos para os usuários (AMARAL *et al.*, 2019; REZENDE *et al.*, 2020).

A saber, de acordo com o CFF em sua Resolução nº 2.299/ 2021, que regulamenta, disciplina e normatiza a emissão de documentos médicos eletrônicos. Em seu art. 1º, aprovar a aplicabilidade das TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) para expedição dos seguintes documentos médicos: prescrição; atestado; relatório; solicitação de exames; laudo; parecer técnico. Já no art. 2º, os documentos médicos emitidos devem conter obrigatoriamente os seguintes dados: identificação do médico: nome, CRM (Conselho Regional de Medicina) e endereço; RQE (Registro de Qualificação de Especialista), em caso de vinculação com especialidade ou área de atuação; identificação do paciente: nome e número do documento legal (data e hora); assinatura digital do médico (CONSELHO FEDERAL de FARMÁCIA, 2021).

Neste sentido, a dispensação de medicamentos através da prescrição eletrônica garante uma maior segurança, no que se refere aos medicamentos usados cotidianamente, como também aos de controle especial, os quais necessitam de uma maior atenção. A saber, os medicamentos psicotrópicos são empregados de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) para o tratamento da depressão, distúrbios bipolares, esquizofrenia, transtornos de ansiedade, demência, transtornos por abuso de substâncias, deficiências intelectuais e os distúrbios comportamentais e de desenvolvimento (SANTOS; NESTOR, 2018; CAZAROTTI *et al.*, 2019).

Assim sendo, no Brasil, a Portaria nº 344/98, de 12 de maio de 1998, a qual foi incumbida de aprovar o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial (CFF, 1999/2000), especifica os medicamentos de controle especial em diferentes listas: A1 e A2 (entorpecentes), A3, B1 e B2 (psicotrópicas), C1 (controle

especial), C2 (retinóides sistêmicos), C3 (imunossupressoras), C4 (antirretrovirais), C5 (anabolizantes). O estatuto da ANVISA define o modelo padrão de prescrição desses medicamentos, deliberando os espaços que o prescritor deve preencher, e esses 21 espaços devem ser observados para que esses medicamentos sejam devidamente dispensados ou comercializados (JUNIOR, 2017). Contudo, a maioria das prescrições médicas se apresenta de formas ilegíveis, assim como as ausências de informações, as quais podem direcionar o profissional farmacêutico a uma interpretação equivocada no ato da dispensação.

Nesse sentido, dentre os motivos que levam aos erros, ressalta-se a ilegibilidade das prescrições, que, apesar de a legibilidade ser responsabilidade legal do prescritor, tem-se a ocorrência de prescrições cuja ilegibilidade compromete a interpretação correta do medicamento prescrito, dosagem e via de administração. Como resultado, diversos eventos adversos são relatados na literatura mundial, ocasionados pela ilegibilidade das prescrições de medicamentos, sendo geralmente agravados pela semelhança entre os nomes destes. Não só hoje em dia, mas também nos tempos mais antigos, a legibilidade das prescrições médicas é de difícil compreensão. Desse modo, podemos presenciar inúmeros casos de prescrições médicas ilegíveis, que provocam inúmeras consequências para a saúde dos pacientes.

Assim sendo, este estudo sobre as prescrições médicas confere-se de fundamental relevância e é de interesse público, tendo o conhecimento do emprego destes receituários pela sociedade. Além disso, a prescrição médica é um dos documentos mais indispensáveis quando se trata da atenção à saúde do paciente e tem como principais objetivos ajudar a reduzir a dor e sofrimento do indivíduo.

A escolha pelo presente tema justifica-se pelo fato de que, nos dias atuais, ainda se encontram muitas prescrições médicas com erros, devido principalmente à caligrafia ilegível. Diante deste fato, muitos prescritores vêm alterando as prescrições escritas manualmente para o meio eletrônico, ou seja, emitem aos seus pacientes receitas digitadas. Mesmo assim, alguns profissionais continuam empregando a escrita à mão, dificultando a leitura por parte de farmacêuticos. O erro na prescrição pode ocasionar danos ao paciente, por isso a importância da emissão de receitas digitadas. Mas, ainda assim, os profissionais envolvidos devem estar atentos porque podem ocorrer erros ao escrever o medicamento, a dose ou a frequência.

O objetivo do presente trabalho foi analisar a ilegibilidade e ausência de informações nas prescrições de medicamentos psicotrópicos na farmácia central em uma cidade do interior de Pernambuco.

2. METODOLOGIA

2.1 Delineamento da pesquisa

Esta pesquisa possui caráter descritivo e busca relacionar, elucidar e interpretar fatos que ocorrem. Nessas pesquisas, os fatos são presenciados, anotados, examinados, classificados e interpretados, onde o pesquisador não interfere sobre eles, ou seja, os acontecimentos do mundo humano e físico são investigados, mas não são manipulados pelo observador (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A presente pesquisa caracteriza-se como do tipo quantitativa quanto à análise dos dados, pelo fato de buscar quantificar e analisar as prescrições de psicotrópicos com relação à escrita médica e ausência de informações. Esta considera que tudo, opiniões e informações, pode ser quantificável, sendo transformado em números para facilitar sua classificação e análise (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto aos meios, classifica-se como uma pesquisa de campo, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), ocorre pela observação natural de fenômenos e fatos, por meio de coleta de dados a eles relativos, no registro de variáveis que são consideradas pertinentes para serem analisadas.

Os dados foram coletados a partir das prescrições dispensadas aos pacientes na farmácia central, arquivadas diariamente, mediante autorização dos responsáveis da Secretaria Municipal de Saúde e do farmacêutico responsável.

2.2 Local de pesquisa

Uma farmácia central em uma cidade no interior de Pernambuco.

2.3 Critérios de inclusão

A pesquisa foi realizada no período de janeiro a junho de 2024, totalizando seis meses de estudo. Foram avaliadas as prescrições, observando os seguintes itens: legibilidade, data da emissão do receituário, posologia, via de administração, rasuras, concentração do medicamento, carimbo, assinatura do prescritor, duração do tratamento,

quantidade de medicamento a ser dispensado, forma farmacêutica prescrita e dados do paciente.

A análise deste estudo foi realizada com as prescrições de medicamentos psicotrópicos, de acordo com a Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998.

2.4 Critérios de exclusão

Com relação a este quesito, foram avaliadas as prescrições, observando os seguintes itens: prescrições de outros profissionais não médicos, prescrições emitidas por meio eletrônico, prescrições de medicamentos não controlados.

2.5 Instrumentos de coleta de dados

Foram utilizados os seguintes instrumentos para coleta de dados e análise das prescrições.

2.6 Procedimento de coleta

Ao receber a prescrição, foi realizada uma observação de todos os aspectos descritos anteriormente. A prescrição será fotografada, catalogada e contabilizada numa planilha, onde será classificada de acordo com os critérios definidos.

2.7 Análise estatística

A análise dos dados foi realizada com a organização dos resultados em tabelas e gráficos, inseridos no programa Excel® versão 2007 para Windows®, para melhor entendimento dos parâmetros a serem analisados. Logo após, será realizada a análise de percentual e média das informações coletadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ausência de informações nas prescrições médicas pode influenciar os erros de dispensação, provocando assim o uso inadequado dos medicamentos, comprometendo a saúde dos pacientes. Desse modo, uma prescrição escrita de forma correta, em contrapartida, permite que o farmacêutico faça uma análise da prescrição, sendo capaz de reduzir os danos aos pacientes decorrentes de eventuais erros.

Nesse sentido, em nosso estudo foram analisadas 993 prescrições médicas no período de janeiro a junho de 2024, as quais apresentavam ausência de informações, como duração do tratamento do paciente, via de administração, continham rasuras, ausência

com relação à data de prescrição, dados do paciente, assinatura do prescritor, como também, não apresentavam posologia, concentração do medicamento, quantidade, forma farmacêutica, e em muitas prescrições faltava o próprio carimbo do prescritor.

Na tabela 1 são mostrados os resultados com relação às ausências de informações no que se refere à redação das prescrições médicas, como exemplo: data da prescrição, assinatura do prescritor, rasura, carimbo e dados do paciente. Portanto, os erros na prescrição médica podem acontecer por diversas razões; porém, os mais comuns são erros humanos que ocorrem na redação da prescrição, como é observado no gráfico 1, cujo resultado é demonstrado em porcentagem.

Tabela 1: Distribuição das ausências de informações nas redações encontradas nas prescrições

Ausências de redação	Total
Ilegibilidade	101
Ausência da data da prescrição	775
Ausência da assinatura do prescritor	23
Apresentação de rasura	15
Ausência do carimbo	55
Ausência de dados do paciente	40

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

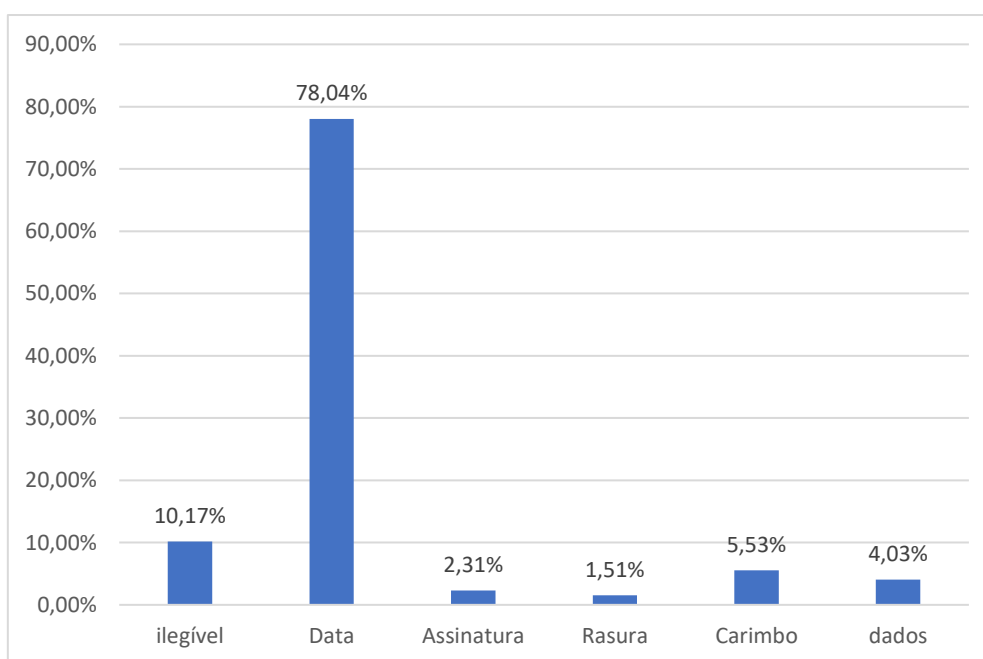


Gráfico 1: Distribuição das ausências de informações nas redações encontradas nas prescrições.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Assim sendo, das 993 prescrições avaliadas no estudo em relação à legibilidade, foi constatado que 101 (10,17%) apresentavam-se de formas ilegíveis, segundo o critério

de avaliação adotado, o que institui um potencial problema que pode levar ao erro ou troca de medicação durante o ato de dispensação, à proporção que 892 (89,82%) prescrições estavam legíveis. Fassarella, Gonçalves e Andrade (2024) encontraram apenas 22 (24,44%) que se apresentavam ilegíveis, a qual foi realizada por meio de uma pesquisa transversal feita em uma farmácia localizada no município de Mesquita-RJ no período de janeiro a junho de 2024, no qual foram avaliadas 90 prescrições médicas. Com relação ao estudo de Rodrigues (2021), em seu estudo foram avaliadas 295 prescrições médicas. O resultado foi que 2 (0,7%) das prescrições se encontravam ilegíveis. Se observar com isso, que no estudo que realizei houve um aumento considerado de prescrições ilegíveis, se comparada aos estudos realizados anteriormente, e principalmente no que se refere ao estudo de Rodrigues (2021).

Contudo, as letras ilegíveis e a ausência de informações nas prescrições médicas dificultam uma assistência segura no que tange ao uso correto dos medicamentos, é o que demonstram os estudos recentes (SANTOS *et al.*, 2019).

Assim sendo, a legibilidade é a parte mais importante no que concerne à escrita, com relação à prescrição médica. A qual condiciona a comunicação e pode impedir ou mudar o processo de assistência ao paciente, originando consequências danosas aos mesmos.

No que se relaciona à data de emissão das prescrições, este foi o item com maior índice de ausência no estudo, no que se refere à informação de redação nas prescrições, com 775 (78,4%) faltas nas prescrições avaliadas. Ao compararmos com o estudo de Rodrigues (2021), cujo resultado foi (10,73%), não apresentava este dado, onde se tratava de um estudo transversal e retrospectivo, em uma drogaria na cidade de Conquista, Minas Gerais, durante o mês de outubro de 2021, com uma população estimada em 6.995 habitantes. No estudo de Fassarella, Gonçalves e Andrade (2024), o resultado encontrado foi que 11 (12,22%) estavam ausentes neste item. Portanto, a ausência da data da prescrição pode até ser vista, por alguns, como dispensável, porém é uma informação essencial para assegurar a validade da prescrição. Bem como, a ausência da data é um motivo que pode ocasionar fraudes e falsificações de prescrições, além do uso ilícito.

Ao avaliar as 993 prescrições médicas no que se refere à ausência da assinatura do prescritor, o resultado encontrado foi que 23 (2,31%) não apresentavam este item, assim como a falta do carimbo 55 (5,53%). Estas informações são fundamentais para proporcionar o contato com o prescritor, em alguma situação de dúvida. Já no estudo de

Rodrigues (2021), constatou-se que apenas (2%) das prescrições apresentaram ausência da assinatura do prescritor. Por exemplo, a não identificação do prescritor pode prejudicar a comunicação do farmacêutico com o mesmo, caso haja necessidade de resolver possíveis dúvidas no ato da dispensação. É comum suceder à identificação do prescritor apenas na primeira via da prescrição, o que pode influenciar a assistência prestada ao paciente, em função de eventuais atrasos na dispensação dos medicamentos em razão do fato de ser a segunda via da prescrição aquela a ser enviada para a farmácia (PIRES; SANTOS, 2017).

Com relação ao tópico rasura, o estudo realizado por Mota (2021) avaliou 673 prescrições através da COVID-19 de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020, e após a COVID-19, o resultado encontrado foi de (1,9%). A saber, no nosso estudo, o resultado encontrado foi de 15 (1,51%), o que corrobora com o de Mota (2021).

A saber, no que se relaciona ao item dados do paciente em um estudo realizado em farmácia solidária, onde foram analisadas 721 prescrições por Oliveira *et al.* (2020), foi observado que (1,39%) não continham este tópico. Todavia, das 993 prescrições avaliadas no estudo, somente 40 (4,3%) estavam ausentes deste dado. Embora seja um número irrisório, é considerado uma falha grave, pois se trata da identificação do próprio paciente, caso seja necessário esclarecimento futuro.

Nesse sentido, as ausências de informações nas decisões estão associadas ao conhecimento do prescritor. Foram consideradas as seguintes ausências de informações nas decisões: posologia, via de administração, concentração do medicamento, duração do tratamento, quantidade de medicamento a ser dispensado e forma farmacêutica, as quais são necessárias para uma dispensação e administração segura do medicamento. Na Tabela 2 e no gráfico 2, é possível visualizar estas informações com relação às prescrições analisadas no estudo.

Tabela 2: Distribuição das ausências de informações nas decisões encontradas nas prescrições.

Ausências de decisão	Total
Ausência de posologia	162
Ausência da via de administração	778
Ausência da concentração do medicamento	43
Ausência da duração do tratamento	984
Quantidade de medicamentos ser dispensado	33
Ausência de forma farmacêutica	49

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

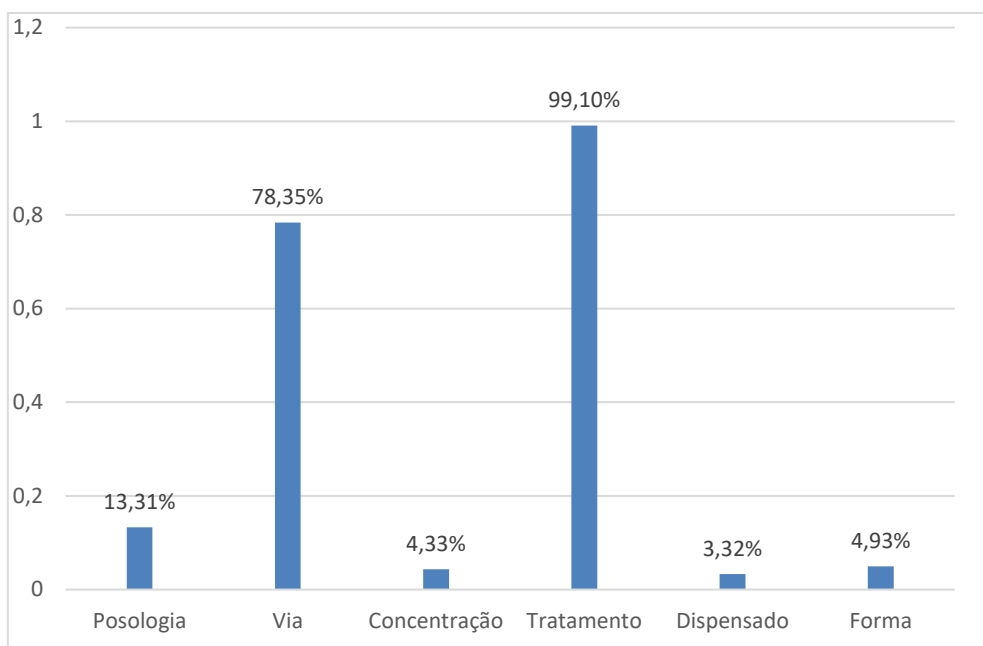


Gráfico 2: Distribuição das ausências de informações de decisões encontradas nas prescrições.
 Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Além disso, a posologia é outro dado de extrema relevância em uma prescrição, visto que sua ausência pode ocasionar ineficácia terapêutica e falta de segurança. O realizado por Pereira e Leão (2021) observou que 3,4% das prescrições não apresentavam posologia. No estudo realizado por Mota (2021), foi constatado que 12 (0,5%) não continham este item. No estudo realizado, das 993 prescrições avaliadas, 162 (13,31%) se encontravam sem a posologia.

Assim sendo, é competente ao farmacêutico orientar os pacientes no que se refere à posologia adequada, entretanto, sem o registro deste dado na prescrição, o paciente pode sentir que tem liberdade para aumentar a ingestão do medicamento de acordo com sua percepção individual de melhora ou piora.

No que se refere à ausência de via de administração do medicamento, no estudo realizado por Rodrigues (2021), onde o mesmo avaliou 149 prescrições no mês de outubro de 2021, o percentual de prescrições com ausência deste item foi de 10,16%. No que tange a Pereira e Leão (2021) no seu estudo descritivo e exploratório, sendo realizado em uma drogaria situada na cidade de Ponta Nova, Minas Gerais, onde foram avaliadas 117 prescrições, no que se refere ao tópico via de administração, o resultado foi o seguinte: 47% estavam ausentes este item. Bem como, Fassarella e seus colaboradores em (2024) obtiveram o seguinte resultado: 46 (48,88%) estavam ausentes neste tópico, o que corrobora para o estudo de Pereira e Leão. No estudo que realizei, o resultado diverge em

percentual com os anteriores, dado que das 993 prescrições, 778 (78,35%) estavam ausentes este dado.

Nesta perspectiva, a amostra em estudo com relação à concentração do medicamento apresentou que 43 (4,33%) das prescrições não apresentavam este dado, cuja ausência, segundo a RDC 44/2019, a qual foi alterada para a RDC 41/2012, impede o farmacêutico de fazer a dispensação do medicamento sem antes entrar em contato com o médico. Contradições na concentração do medicamento podem provocar sérios riscos ao paciente. Nas prescrições avaliadas por Santana (2017), o resultado foi que 1844 (66,66%); em trabalho de Oliveira, Griebeler e Silva (2019), foi (21,72%), já no estudo de Caldas *et al.* (2017) as prescrições que estavam ausentes de dado foram 54 (16,82%). Todavia, no estudo de Debastiani e Coqueiro, onde se obteve o menor percentual, apenas (0,33%), no que se refere à ausência da concentração do medicamento na prescrição médica.

Com relação ao item tratamento, o estudo de Rezende *et al.* (2020) realizou um estudo descritivo em um hospital estadual na cidade de São Paulo, no período de 1 a 30 de março de 2018. Foram avaliadas 19.000 prescrições nessa etapa, das quais 453 (17%) das prescrições estavam ausentes a duração do tratamento. Porém, no estudo realizado, das 993 prescrições analisadas, 984 (99,10%) apresentavam ausência da duração do tratamento, demonstrando um índice maior do que os estudos anteriores. Portanto, a ausência deste dado pode acarretar o emprego do medicamento por um período além do imprescindível, levando a gastos extras, desconforto/intoxicação para o paciente ou ainda a utilização por um tempo desnecessário, ocasionando a não obtenção dos efeitos terapêuticos desejados.

À vista disso, a segurança do paciente é um fator primordial que vai desde a prescrição até o monitoramento da adequada atuação da medicação no organismo do indivíduo, garantindo inclusive ausência de interações medicamentosas (SANTOS *et al.*, 2019). Como vimos, em todos os estudos apresentados, assim como o que realizei, houve enorme variedade de ausência nas prescrições avaliadas. Para estes poderem ser restaurados, assim como para haver uma consequente melhoria do ato de prescrever e do tratamento do paciente, deve-se aprimorar o ensino sobre farmacologia, em específico a respeito dos psicotrópicos.

4. CONCLUSÃO

Ao término deste estudo, com relação à análise das prescrições médicas de psicotrópicos, no que se refere às ausências de informações. É notória a falta de qualidade das prescrições, indicando com isso um despreparo ou mesmo indiferença dos profissionais prescritores para com o paciente. Além do mais, o preenchimento das prescrições de forma inadequada pode ser observado em vários estudos, contudo, a difusão das informações e orientações quanto ao preenchimento correto ainda não foi suficiente para a mudança desta realidade.

Com isso, verifica-se a importância de se implantar um modelo de prática que deverá ser prontamente adotado pelos profissionais de saúde, a fim de favorecer o desenvolvimento de um trabalho de qualidade e, a partir disso, possibilitar que a própria comunidade possa exigir a atuação desses profissionais para atender suas necessidades, independentemente da obrigatoriedade legal com a legislação vigente. Portanto, se faz imprescindível instituir normas urgentes de sensibilização dos prescritores sobre a importância de uma prescrição legível, completa e precisa para a promoção do uso racional do medicamento. Ao término desse estudo, é notória a ilegibilidade e ausência de informação nas prescrições.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. G. S. *et al.* Análise de prescrições irregulares em uma rede de farmácias do Recife. **Revista de Atenção Primária Saúde**, v. 22, n. 2, p. 251-263, 2019.

CALDAS, A. L. S. *et al.* Avaliação de prescrições em uma drogaria localizada no município do Rio de Janeiro–RJ. **Revista Presença**, v. 3, n. 7, p. 31-53, 2017.

CAZAROTTI, M. L. B. *et al.* Psicotrópicos: Prescrições Médicas Dispensados em uma Drogaria no Município de Santa Inés- MA. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v.2, po.1-11, 2019.

Conselho Federal de Farmácia (CFF) - Resolução 2.299 de 30 de setembro de 2021. Regulamenta, disciplina e normatiza a emissão de documentos médicos eletrônicos. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislações/detalhe/3751/resolução>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DEBASTIANI, A. K. S; COQUEIRO, J. F. R. Análise de Prescrições Médicas de medicamentos regulados pela Portaria federal 344/1998, dispensados em uma drogaria no interior da Bahia. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 12, n. 39, p. 118- 127, 2018.

FASSARELLA, K. S.; GONÇALVES, N. M. T.; ANDRADE, L. G. Responsabilidade do farmacêutico na prescrição de medicamentos antimicrobianos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 10, p. 866-880, 2024.

JÚNIOR, I. P. M. **Avaliação da prescrição e dispensação de medicamentos Psicotrópicos pela Rede Pública Municipal de Saúde de Nova Floresta/PB**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Farmácia) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité - PB, 2017.

LOPES, L. C. A “difícil” relação entre estudos da área de assistência farmacêutica e a importância do farmacêutico. **Revista Brasileira Farmácia Hospitalar Serviço Saúde**, v. 6, n.2, p. 4-5, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. Ciência e Conhecimento Científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTA, E. Luís. **Ansiedade e o consumo abusivo de ansiolíticos durante a pandemia avaliados pelo índice de vendas em uma drogaria privada**. 2021. 27f. Monografia (Especialização em Farmácia). Centro Universitário Presidente Antônio Carlos, Juiz de Fora, 2021.

NÉRI, E. D. R. *et al.* Erros de prescrição de medicamentos em um hospital brasileiro. **Revista da Associação Médica Brasileira, São Paulo**, v. 57, n. 3, p.306-314, 2011.

OLIVEIRA, L. B.; GRIEBELER, A. S.; SILVA, E. Análise das prescrições de antimicrobianos dispensados em uma drogaria do município de Santo Ângelo- RS. **Revista Interdisciplinar em Ciências da Saúde e Biológicas-RICSB**, v. 3, n. 1, p. 32-41, 2019.

OLIVEIRA, L. T. *et al.* Análise de prescrições de medicamentos recebidas pelo projeto farmácia solidária em 2020 em Sinop–MT. **Scientific Electronic Archives**, v. 16, n. 12, 2023.

PEREIRA, L. J. L.; LEÃO, K. A. Avaliação da redação de prescrições médicas em uma drogaria na cidade de Ponte Nova–MG. **Saúde Dinâmica**, v. 3, n.1, p. 49-57, 2021.

PEREIRA, F. G. F. *et al.* Tecnologia computacional e participação do paciente na segurança medicamentosa: **revisão integrativa**. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 1, 2023.

PIRES, M. A. M.; SANTOS, P. M. Erros de medicação em um hospital municipal do interior da Bahia. Uma análise do processo de prescrição e aprazamento. **Jornal de Assistência Farmacêutica e Farmacoeconomia**, v. 2, n. 1, 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e**

técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

REZENDE, L. H. O. *et al.* Prescrição de medicamentos: uma análise para a implantação da prescrição eletrônica ambulatorial. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n.9, p.1-10, 2020.

RODRIGUES, F. R. **Avaliação de prescrição médica em uma drogaria do município de Conquista- MG.2021.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em Farmácia) - Universidade de Uberaba. Minas Gerais,2021.

SANTANA, A. S. B. **Análise de prescrições médicas de medicamentos potencialmente perigosos em Hospital Público Pediátrico de Sergipe.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC Farmácia) - Universidade Federal de Sergipe, 2017.

SANTOS, H. S.; NESTOR, A. G. S. A utilização dos medicamentos psicotrópicos e seus fatores associados. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, V. 1, n.1, p. 51- 56, 2018.

SANTOS, A. S. C. *et al.* Errores de Prescripción en una farmacia básica del Distrito Federal. **Ciencia y enfermería**, v. 25, p.1-12, 2019.

SANTOS, P. R. A. *et al.* Ações para segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos em unidades de pronto atendimento. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 40, p. 1- 9, 2019.

SILVA, D. P. *et al.* Análise da conformidade das prescrições medicamentosas dos setores públicos e privados. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 1, n. 19, p.78-84, 2017.

SILVA, G. C. A. *et al.* Riscos e problemas relacionados aos erros de prescrições médicas: uma revisão bibliográfica. **Saúde & Ciência em Ação**, v. 6, n. 2, p. 134- 148, 2020.

SOUZA, J. B.; OLIVEIRA, K. A. A.; MENDES, M. A. S. Recorrência de erros de prescrições médicas em hospitais e unidade de saúde brasileira. **Científic@-Multidisciplinary Journal**. 9, n. 2, p. 1-10, 2022.

TAVARES, M. A. S.; NUNES, J. S. **Erros comuns de prescrições medicamentosas: Atuação do profissional farmacêutico na dispensação.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em Farmácia) - Faculdade de Educação e Meio Ambiente de Ariquemes, Rondônia, 2021.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Sinvalda Duda do nascimento: Concepção, desenvolvimento dos gráficos e tabelas, desenvolvimento e redação do artigo.

Maria de Fátima Rodrigues: Desenvolvimento e Redação do artigo.